

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM OLHAR HISTÓRICO

REFLECTIONS ON EDUCATION IN BRAZIL: A HISTORICAL VIEW

Luciana Kubaski¹

Resumo: Este texto tem como objetivo principal discutir e apresentar apontamentos a respeito do pensamento educacional brasileiro, a partir dos estudos realizados para elaboração da tese de doutoramento. Para isso realizou-se uma pesquisa bibliográfica, tendo como principal referência as ideias que norteiam o pensamento educacional de Dermeval Saviani. O pensamento educacional brasileiro, começou a ser de fato construído depois da proclamação da república, quando aumentaram as discussões sobre o que seria o nacional num período que houve a entrada de muitos imigrantes no país. O país precisava firmar-se como nação republicana perante o mundo e sua economia sofreu alterações advindas do avanço industrial. Atualmente, nota-se uma "retomada" de algumas tendências educacionais, associadas ao uso dos termos "pós" ou "neo", mas mantendo sua essência que responde aos interesses de uma sociedade marcada pelo capitalismo.

Palavras-chave: Pensamento educacional brasileiro, Dermeval Saviani, Tendências educacionais.

Abstract: This text has the main objective to discuss and present notes on Brazilian educational thinking, based on the studies carried out to elaborate the doctoral thesis. For this, a bibliographical research was carried out, having as main reference the ideas that guide the educational thinking of Dermeval Saviani. The Brazilian educational thought began to be really built after the proclamation of the republic, when the discussions about what would be the national in a period that had the entrance of many immigrants in the country increased. The country needed to establish itself as a republican nation before the world and its economy was altered by the industrial advance. There is now a "resumption" of some educational trends, associated with the use of the terms "post" or "neo", but maintaining its essence that responds to the interests of a society marked by capitalism.

Keywords: Brazilian educational thought, Dermeval Saviani, Educational tendencies.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora da Faculdade Sagrada Família e da rede municipal de educação de Ponta Grossa. E-mail para contato: lukubaski@gmail.com

INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil é muito recente, se comparado ao desenvolvimento de outros países, como os europeus, que possuem de certa forma uma maior tradição com universidades já seculares. Claro, deve-se considerar que a história do Brasil diverge de outros países, pois durante cerca de 300 anos foi uma colônia, que servia a interesses de outro país. Tem como característica marcante uma sociedade formada pela miscigenação, que não dará somente traços físicos, mas também marcas na cultura, que refletem em diversas áreas, como na educação.

Aliás, uma das características do Brasil, é ser um país “que se pensa contínua e periodicamente” (IANNI, 2000), com interpretações que podem priorizar determinados setores da sociedade, sendo assim, estudar o pensamento brasileiro caracteriza-se uma complexa narrativa, escrita por brasileiros e até mesmo por estrangeiros.

Da colonização até a república (1889) o Brasil foi fortemente marcado por um governo central português, que procurava manter sua hegemonia sobre a colônia. Portanto, os cursos superiores só foram criados com a vinda da família real portuguesa, fato ocorrido em 1808. Eram cursos isolados e de caráter profissionalizante, sendo o primeiro o curso de médico, na Bahia. Até a proclamação da república haviam sido criados de 12 a 15 cursos e faculdades superiores. Em outros países, desde a Idade Média há registro de universidades, como Lérida (1300, Espanha), Avignon (13030, França), Coimbra (1308, Portugal), entre outros exemplos. (MOROSINI, 2005)

O final do século XX trouxe significativas mudanças no país, como abolição da escravatura, aumento da entrada de imigrantes europeus, expansão industrial. A Constituição de 1891, concedeu a União a incumbência de criar instituições de ensino superior nos estados. De 1907 a 1933, passou de 25 para 338 o número de instituições de ensino superior no país. Entretanto, a taxa de escolarização da população era muito baixa. (MOROSINI, 2005)

Já a criação das primeiras² universidades do Brasil ocorreu no início do século XX. Em 19 de dezembro de 1911, foi fundada a Universidade de São Paulo. A Universidade do Paraná, foi fundada exatamente um ano depois, e é considerada a “Universidade mais antiga do Brasil”, pois desde sua criação, manteve o funcionamento das atividades (criou estratégias para manter-se apesar das exigências legais da época). A Universidade de São Paulo fechou suas atividades no ano de 1917, quando o Decreto Federal nº11.530 (Reforma de Carlos Maximiliano Pereira dos Santos) exigia que as instituições de ensino superior, tivessem cinco anos de funcionamento, em localidades com mais de 100 mil habitantes, e além disso, deveriam ser equiparadas a estabelecimentos oficiais.

Portanto, o ensino superior no Brasil é recente, se comparado a outros países, e a questão é que esta modalidade impulsiona o desenvolvimento de pesquisas.

Hoje, em meio a muitas reformas no ensino superior, não contamos mais com um modelo único de universidade, “[...] mas com um sistema de educação superior complexo, diversificado e expandido, representando, em 2004, cerca de 1632 Instituições de Ensino Superior” (MOROSINI, 2005, p. 317). Com a Leis de Diretrizes e Bases (1996), houve também a orientação para que as instituições fossem eficientes, empreendedoras, sustentáveis e com um caráter transnacional (MOROSINI, 2005, p. 317). Numa perspectiva de estado liberal, as instituições estão cada vez mais privatizadas, submetidas a processos de avaliação em larga escala, com um Estado que cada vez mais reduz seu papel de interventor. Observa-se o crescimento de grandes grupos, fortalecidos com a compra de pequenas instituições, tornando-se grandes empresas.

² Existiu ainda a Universidade de Manaus (1913) que surgiu as Escola Universitária Livre de Manaus, criada em 11 de janeiro de 1909, mas com a decadência do ciclo econômico da borracha, a universidade teve a maioria de seus cursos desativados.

A EDUCAÇÃO E A PESQUISA EDUCACIONAL

De acordo com Gatti (2001), nem sempre as universidades foram a instituição de maior produção científica. No final dos anos de 1930, com a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, os estudos mais sistemáticos sobre educação começam a surgir. Mais tarde o INEP, desdobra-se no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e nos Centros Regionais do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Minas Gerais, que foram produtores e “irradiadores” de pesquisas. Desses centros, havia uma troca, em que pesquisadores foram atuar nas universidades e professores dos cursos superiores trabalharam nesses centros. Eles contribuíram para a institucionalização da pesquisa no Brasil, com equipes fixas, publicações regulares, oferecimento de cursos para os pesquisadores. Mas o maior incremento nas pesquisas, deu-se com a criação de programas de pós-graduação, mestrados e doutorados, pesquisadores também formaram-se no exterior e retornaram atuar no Brasil, colocando o foco de produção nas universidades. Quando os centros regionais do INEP foram fechados, teve início um maior investimento nos programas de pós-graduação (Universidade Federal do Paraná, 2018).

Em relação aos temas pesquisados, até a década de 1950, o foco das pesquisas dava-se nos processos de ensino e instrumentos de medida de aprendizagem e desenvolvimento psicológico dos alunos. Nas décadas seguintes, surgiram temáticas relacionadas a cultura e desenvolvimento da sociedade brasileira, ou seja, a relação entre o sistema escolar e determinados aspectos da sociedade brasileira. Em 1960, os estudos de natureza econômica começam a aparecer, pois entende-se a educação como um investimento. Na década de 1970, houve uma diversificação das temáticas, trabalhando-se com currículo, avaliação, educação profissionalizante, estratégias, e outros temas. A década de 1980, traz um caráter mais crítico as pesquisas, especialmente com as teorias de inspiração marxista. Nos anos de 1990, a consolidação dos grupos de pesquisas passa a fomentar as pesquisas (GATTI, 2001).

Assim, tivemos na história aspectos que marcaram o avanço nas pesquisas, que foi desde a criação das universidades, dos centros de pesquisas,

até a expansão dos programas de mestrado e doutorado, e mais atualmente o fortalecimento dos grupos de pesquisas, que favorecem a produção e divulgação das pesquisas, inclusive com a organização de eventos científicos.

Pode-se relacionar ainda, a questão das pesquisas adquirirem um caráter mais crítico, com questões históricas do Brasil, ou seja, a passagem da ditadura para a democracia, ampliou gradativamente o acesso a obras de inspiração marxista. Hoje a maior parte da produção é fruto das instituições de ensino superior, por meio dos programas de pós-graduação.

Mas o que se entende por educação? E como se construiu o pensamento educacional brasileiro?

Para o primeiro questionamento, buscou-se como referência o Dicionário de Filosofia Nicola Abbagnano (2012, p. 358):

Podem-se distinguir duas formas fundamentais de Educação: 1ª a que simplesmente se propõe transmitir as técnicas de trabalho e de comportamento que já estão em poder social e garantir sua relativa imutabilidade; 2ª a que, através da transmissão das técnicas já em poder da sociedade, se propõe formar nos indivíduos a capacidade de corrigir e aperfeiçoar essas mesmas técnicas.

Assim, considera-se a educação como um fenômeno social, que perpassa gerações e ocorre continuamente, sendo indispensável para a manutenção até mesmo da existência de uma sociedade, do ponto de vista que é uma forma de transmissão de valores, normas e técnicas, que podem ser aprimoradas.

A educação é uma palavra que tem sentido muito amplo, pois engloba o fenômeno que ocorre em diferentes instâncias, não se restringindo a educação escolar. Ao falar em educação pode-se designar a educação em espaços escolares, a educação que “se recebe” em casa, um campo de pesquisa, educação que ocorre em ambientes não-formais, entre outros, assim, num leque de possibilidades, é possível contemplar a educação.

Libâneo (2010) em sua obra “Pedagogia e pedagogos para quê?” traz uma importante discussão a respeito dos significados de educação. O autor defende ainda que são muitas as “portas de entradas” para o estudo da educação, cabendo a Pedagogia, como ciência da e para a educação, sintetizar

as contribuições das demais ciências da educação, dando uma unidade a multiplicidade de enfoques que se dá para o fenômeno educativo. É importante fazer esses apontamentos, em relação aos diferentes significados do que se entende por educação, pois cada um carrega uma corrente e autores que influenciaram. Assim, ao escolher uma definição de educação, está embutido também uma escolha metodológica e até mesmo uma postura perante a sociedade.

No senso comum a ação de educar seria a transmissão a outra pessoa de princípios, valores, ideias, etc. Educa-se para que cada indivíduo repita os comportamentos sociais esperados pelos adultos. É um posicionamento conservador, pois a incumbência da educação é a reprodução, a noção de uma adaptação passiva.

Há posições que consideram a educação como um processo de desenvolvimento do ser humano, um ser que continuamente se transforma. Dentro destes grupos temos as concepções naturalistas que atribuem a fatores biológicos internos do sujeito, o seu desenvolvimento (inatismo). Já as concepções pragmáticas atribuem a experiência, na interação entre o organismo e o meio, como fator essencial ao desenvolvimento.

Um dos representantes do pragmatismo na educação é Dewey, em sua obra "Democracia e educação", colocando que a educação não é a preparação para a vida, é a própria vida, viver é desenvolver-se, é o processo de reconstrução e transformação da vida. (WESTBROOK; TEIXEIRA, 2010).

As concepções espiritualistas, ligados a religião, em especial a católica, concebem a educação como um aperfeiçoamento interno, com vistas a preparação para a vida eterna. Nas concepções culturalistas, como o próprio nome já diz, refere-se a questão da apropriação da cultura pelos indivíduos. As correntes ambientalistas vão atribuir ao ambiente, como fator externo a primazia no desenvolvimento. Durkheim, coloca que a educação é uma ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão preparadas para vida social.

Outra influência é a teoria do behaviorismo, baseada no fornecimento de estímulos para que se adquira determinadas respostas dos indivíduos, portanto

com uma lógica de treinamento. A redução ou probabilidade de que uma determinada resposta seja dada depende das condições ambientais. (CARRARA, 2004)

As concepções interacionistas, não colocam o desenvolvimento como determinado somente pelo meio ou somente pelo indivíduo, mas é pela interação entre ambos. Na corrente podemos citar Piaget, Wallon e Vygotski, mas é importante frisar que num estudo mais profundado desses autores, encontraremos diferenças, até mesmo porque cada um possui uma base epistemológica diferente, não se pode julgá-los como pertencentes a mesma teoria, seria um equívoco. Ainda temos as correntes que surgiram a partir da tradição marxistas, consideradas críticas, considerando a educação como expressão da forma como a sociedade se organiza e tendo como maior objetivo a emancipação humana (LIBÂNEO, 2010).

Poder-se-ia discorrer a respeito de inúmeras definições de educação, pois muitos autores influentes no pensamento educacional brasileiro posicionam-se a respeito, com base nas teorias que estudam.

Saviani, autor brasileiro, que inclusive desenvolveu uma teoria educacional, a Pedagogia histórico-crítica, considera o trabalho educativo como “ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens” (SAVIANI, 2012, p. 6), pois a natureza humana não é dada pronta ao homem, é preciso produzi-la.

O pensamento educacional brasileiro, também é constantemente produzido, mas o que Saviani (2007), vem nos alertar é que entre os anos de 1930 e 1980, buscava-se uma base científica para isso, mas a partir dos anos de 1990, juntamente com o fenômeno de descrença na ciência, sobreveio um movimento de desconstrução de ideias anteriores, resultando em correntes com o prefixo “pós” e “neo”.

Observa-se que foi em meados de 1930 que o ensino superior começou a ganhar destaque no cenário educacional brasileiro, com a criação de inúmeras universidades, ao mesmo tempo em que nos dias atuais o ensino superior sofre com o corte de verbas, na mesma medida cresce o ensino superior privado. Há

causas para o “desmonte” da universidade pública, não podemos desconsiderar o contexto social em que vivemos, marcado por desigualdades, exploração e alienação dos trabalhadores, frutos do sistema capitalista.

Meszáros (2008) atribui a educação um papel soberano, pois ela pode elaborar estratégias adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, na medida em que pode promover a automudança consciente nos indivíduos, capazes de criar uma ordem social radicalmente diferente. Claro, que a educação sozinha não muda a realidade, mas ela é capaz de instrumentalizar os indivíduos.

A DESCONSTRUÇÃO DAS IDEIAS NO PENSAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

De forma bem simplificada e linear, poderíamos resumir a história da educação no Brasil em períodos, ligados ao seu desenvolvimento: colônia, monarquia e república. Entretanto, tratar a temática é bem mais complexo, visto que não foram uma sucessão de fatos que numa sequência evoluíram, hoje em meio a descrença na ciência, notamos novas versões de teorias orientando a pedagogia configurando a uma exclusão cada vez maior dos indivíduos.

Um exemplo desses impasses é na própria Pedagogia, por um lado ela está em alta na sociedade, fala-se em sociedade pedagógica, nos meios de comunicação, nos movimentos sociais, na política; por outro lado nos setores intelectuais e profissionais ela está em baixa, se discute se existe uma ciência pedagógica, se existe um trabalho específico para o pedagogo, se o licenciado precisa ou não de uma formação pedagógica (LIBÂNEO, 2010). A educação, enquanto grande área e as ciências que a compõem passam por esse processo de questionamento e até mesmo de identidade (quem somos? Para onde vamos? Qual é nosso objeto de estudo?).

Mas em relação a formação do pensamento educacional brasileiro, podemos dizer que a preocupação com a educação é sim antiga, começou com a chegada dos portugueses, por meio da catequização dos indígenas, tendo como interesse a pacificação e conversão dos povos para submetê-los ao

trabalho. Saviani (2010) afirma que foi com chegada dos jesuítas que tem início a educação formal no Brasil, portanto foi aí que começaram a circular as ideias pedagógicas³. Até o ano de 1759⁴, vigorou a pedagogia jesuítica, ou o *Ratio Studiorum* (um plano geral de estudos implantados em todos os colégios da Ordem Jesuíta no mundo, composto de regras que dirigidas desde os reitores, professores até aos alunos), pois a partir de então, os jesuítas foram expulsos, por Marquês de Pombal.

O homem era entendido como constituído de uma essencial universal e imutável, cabendo a educação moldá-lo para atingir a perfeição humana e ser merecedor de uma vida eterna (SAVIANI, 2010).

A partir de 1570 foram propostas inúmeras reformas para ensino, entre elas o fechamento dos colégios jesuítas e instauração das aulas régias. Houve ainda a vinculação do Estado e Igreja. Após a chegada da família real portuguesa, continuaram as reformas, sendo a mais expressiva no ensino profissionalizante. Criaram-se também as Escolas de Primeiras Letras, que deveriam ensinar a ler, escrever, calcular e algumas noções de geometria. O texto da lei dessas escolas estava em sintonia com o espírito da época “Tratava ela de difundir as luzes garantindo, em todos os povoados, acesso aos rudimentos do saber que a modernidade considerava indispensáveis para afastar a ignorância” (SAVIANI, 2010, p. 126). Mas é importante frisar que essa educação não era para todos, já que excluía os mais pobres, os escravos e tinha diferenciação para o ensino das mulheres, somente no século XX é que houve realmente uma “campanha” de todos na escola.

De acordo com Dolhnikoff (2017) a independência foi uma ruptura e continuidade. Ruptura no sentido de separação do governo português,

³ Dizer que as ideias pedagógicas começaram a circular no Brasil com os jesuítas, não significa dizer que no Brasil anteriormente não existia educação. Não havia instituições especificamente organizadas, a educação era espontânea, cada membro da tribo assimilava tudo o que era possível assimilar, caracterizando-se como uma educação integral (SAVIANI, 2010).

⁴ Saviani (2010) aponta que a educação colonial no Brasil compreende três etapas distintas: período heroico (1759, com a chegada dos primeiros jesuítas até 1599, após as mortes do Padre Manuel da Nóbrega e na sequência Anchieta, como também a promulgação do *Ratio Studiorum*); os anos de 1599 até 1759 período que vigorou a educação jesuítica centrada no *Ratio Studiorum*; e a última etapa corresponde aos anos de 1750 a 1808, correspondente a fase pombalina, que encerrou-se com a chegada da família real portuguesa.

culminado com o processo de formação do Estado e da nação (que teria seu auge no período republicano), a continuidade em algumas características herdadas do período colonial, como por exemplo a escravidão e a economia agrária, voltada para a exportação. O Estado construído tinha como modelo o que prevalecia no mundo ocidental, com um território definido ditando as normas que regravam a vida na sociedade, com cobranças compulsórias de impostos e exercendo poder punitivo para aqueles que não respeitassem as normas (o modelo ainda é atual?!).

A Constituição de 1824 garantia a instrução primária para todos os brasileiros, entretanto “[...]a responsabilidade direta pelo ensino primário e secundário, através das leis e decretos que vão sendo criados e aprovados, sem que seja aplicado, pois não existiam escolas e poucos eram os professores.”(NASCIMENTO,2004, p. 95).

Com o advento da república e uma nova ordem política emergiram as discussões sobre o nacionalismo, e as escolas foram uma forma de “propagar” o que é ser brasileiro e pertencer a nação, por isso o avanço na criação dos grupos escolares, com ensino seriado, orientação de um só professor, alunos distribuídos de forma homogenia, seguindo o método intuitivo. Traços de “um novo tempo” era percebido até mesmo na arquitetura das escolas criadas na época. Os grupos escolares eram um modelo da elite paulista a ser difundido em todo o país (CLARK, 2018). Mas as escolas (novamente) não davam conta de ensinar toda população, oferecia-se uma escolarização rápida, que atendia também, aos interesses de aumentar o número de eleitores, já que era uma das exigências nas eleições da época.

Foi com o final da Primeira República que começa a emergir o pensamento pedagógico brasileiro, com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), que realizava Conferências Nacionais de Educação, a partir de 1927. Em 1932 temos o lançamento do Manifesto dos Pioneiros, no qual o pensamento educacional brasileiro buscava na ciência uma concepção pedagógica que “pudesse orientar a reconstrução social do país pela reconstrução educacional (SAVIANI, 2007, p. 15). A criação do INEP (Centro de

Pesquisas Educacionais) também foi importante na construção do pensamento educacional brasileiro.

Não é dos dias de hoje a “ideia” de que a educação tem papel no desenvolvimento econômico, na década de 1960 o pensamento educacional incorporava estudos científicos da relação economia e educação. Na década de 1970, Skinner, por meio da teoria do behaviorismo apontava a necessidade de uma ciência útil ao comportamento. Estudos de Piaget apareciam nos debates contrapondo-se. (SAVIANI, 2007). Era uma efervescência de discussões.

Nesta época a educação estava com pouca produtividade, grande taxa de evasão, repetência e pouca oferta no ensino. No sistema fabril predominava o taylorismo (fordismo), coincidindo com a entrada de inúmeras empresas estrangeiras, portanto havia necessidade de mão de obra qualificada para atender a esse mercado, baseando-se no behaviorismo, controle do comportamento, assim predominava uma pedagogia tecnicista.

No taylorismo, como sistema fabril, o indivíduo ocupa seu posto e executa determinada parte do trabalho, sendo o produto a ação de diferentes sujeitos, para atender as massas, sendo necessária a formação de grandes estoques, o produto “é algo estranho” ao trabalhador, nenhum sujeito se identifica, pois cada trabalhador ficou com uma parcela do trabalho. O trabalhador se adapta ao processo de trabalho, objetivado e organizado na forma parcelada. A pedagogia tecnicista surge para reordenar o processo educativo, tornando-o objetivo e conceitual, de forma a minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficácia. Assim, alunos e professores são executores de um processo cujo planejamento e organização ficam a cargo de especialistas.

Em contrapartida, emergem as tendências crítico-reprodutivistas, como crítica ao capitalismo, ao tecnicismo e resistência ao autoritarismo. Não é possível compreender a educação sem seus condicionantes sociais, a educação reproduz as condições sociais vigentes. Há a escola-dualista de ideologia burguesa com um disfarce de comprometimento com o proletariado; escola enquanto violência simbólica, cuja a ação pedagógica é imposição da classe dominante (SAVIANI, 2009).

As pedagogias contra-hegemônicas (de esquerda) buscam voltar o trabalho pedagógico para os interesses da maioria da população, objetivando uma escola de qualidade e acessível a todos. Pode-se citar como exemplos as pedagogias da educação popular (Paulo Freire); a pedagogia da prática com o controle do processo, voltado para as necessidades práticas e solução de problemas sociais, a escola é espaço para produção e distribuição do conhecimento com a finalidade de destruir o projeto educativo burguês (Arroyo); e as tendências baseadas no marxismo, fazendo com que as camadas populares tenham acesso ao conhecimento sistematizado, criticando as desigualdades sociais, buscando a igualdade e permanência de todos na escola. A pedagogia crítica social dos conteúdos entende a escola como espaço para difundir conteúdos vivos, concretos, e ligá-los à realidade dos alunos, estimulando a aprendizagem significativa (SAVIANI, 2009).

Demerval Saviani (2012) propõem a pedagogia histórico-crítica baseada na concepção do materialismo histórico dialético e na psicologia histórico-cultural de Vygotsky. Para ele a educação é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens, é mediação no seio da prática social global, sendo ela o ponto de partida e chegada da prática educativa.

O método educativo parte da prática social em que professor e aluno encontram-se igualmente inseridos (em posições distintas) para compreensão e encaminhamento de soluções postos pela prática social. Assim é necessário identificar as questões que suscitam da prática social (problematização) dispondo de instrumentos teóricos e práticos para sua solução e compreensão (instrumentalização) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse).

O método dialético materialista-histórico, de acordo com Frigotto (2010) propõem o rompimento com o modo de pensar dominante, é uma postura, uma forma de investigação, movimento de transformação a partir da crítica de construção do novo conhecimento, seguindo uma nova síntese no plano do conhecimento gerando uma ação. Crítica para uma prática que altere e transforme a realidade no plano do conhecimento e no plano histórico-social,

ocorre na práxis. O materialismo histórico é a ciência do proletariado, classe social empenhada na superação da sociedade de classes e instauração da sociedade socialista. Os fatos sociais têm leis históricas que os constituem assim e condicionam seu desenvolvimento e transformação.

Nos últimos anos retomou-se o tecnicismo e o produtivismo com incremento dos prefixos “pós” e “neo”. Se o moderno caracteriza-se pela revolução das máquinas (novos objetos) o pós-modernismo é a revolução da informática. Num contexto de política liberal em que ocorre a abertura econômica, busca por equilíbrio fiscal, desregulação do mercado, privatizações e corte nos gastos públicos, em consequência a educação vive um fracasso, que segundo a política liberal é inerente à incapacidade do Estado em gerir o bem comum.

A partir dos anos 1970 ocorreu a substituição do fordismo pelo toyotismo, caracterizado pelo uso da tecnologia eletrônica, trabalhadores polivalentes e que disputam entre si os postos de trabalho. Centrou-se na produção de objetos diversificados em pequena escala para atender a nichos específicos.

Nesse contexto cabe a educação formar trabalhadores polivalentes, crendo que ela contribui para o processo econômico-produtivo.

A teoria do capital humano, própria do capitalismo, que até 1970 preconizava que cabia à educação formar pessoas para atuar no mercado contribuindo para a riqueza individual e do país, acaba adquirindo uma nova face. Agora cada pessoa deve adquirir determinadas capacidades para ter posição no mercado de trabalho, atendendo aos interesses privados, ou seja, adquirir competências para ser competitivo (SAVIANI, 2009).

A educação é um investimento que habilita as pessoas a competir, pois “quanto mais educação, maiores são as chances de empregabilidade”, porém o mercado não oferta oportunidades para todos, é o chamado crescimento excludente. Ocorre o aumento da competição e da produção, na mesma dimensão em que o trabalhador é excluído. Quando o indivíduo não consegue um emprego, é sua a responsabilidade, por não ter as habilidades necessárias que o mercado exige.

As tendências pedagógicas adquirem uma nova forma no mundo pós-moderno. Os indivíduos devem desenvolver a habilidade de aprender a aprender, no contexto atual é chamado de neoescolanovismo, pois remete a Escola Nova. Consiste em buscar conhecimento por si mesmo, adaptar-se a uma sociedade, sendo este o segredo do sucesso, atualizar-se para ampliar a sua esfera de empregabilidade, pois o mundo é imprevisível e só há vagas para os mais preparados.

A tendência manifesta-se inclusive nos PCNs no sentido de reforçar que os alunos devem adquirir novas competências, novos saberes, diante das novas relações entre trabalho e conhecimento, sendo a educação um processo permanente. A inspiração vem do documento “Educação um tesouro a descobrir”, da Unesco.

O neoconstrutivismo, baseado no construtivismo de Piaget, focaliza o professor reflexivo que valoriza os saberes centrados na prática cotidiana, ou seja, na pedagogia das competências dotando os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições numa sociedade em que as próprias condições de sobrevivência não estão garantidas, e a satisfação do indivíduo é uma responsabilidade individual (SAVIANI, 2010).

Hoje o ensino é centrado nas competências e não mais nas disciplinas do conhecimento como ocorria no ensino tradicional. A ideia é maximizar a eficiência, tornar os indivíduos produtivos na sua inserção no mercado de trabalho e na participação da vida em sociedade. Ser produtivo não é somente produzir mais em menor tempo, segundo Marx, é a valorização do capital, isto é, seu crescimento por incorporação de mais-valia, é o processo que transforma os meios de produção em meios de sucção de trabalho não-pago (NAVES, 2000).

Seguindo a lógica empresarial, as políticas educacionais tendem a reduzir os custos e investimentos, dividindo-os com a iniciativa privada e ONGs. O governo apela para que as empresas doem materiais, patrocinem palestras, auxiliem inclusive com aulas de reforço. Dessa forma o que está em jogo são a eficiência e produtividade, obtendo o máximo de resultado com o mínimo de dispêndios. No lugar do rígido controle, inspirado no fordismo e tecnicismo, há a predominância da flexibilidade do processo (toyotismo). O controle centra-se nos

resultados e não nos processos, pois avaliando-se os resultados busca-se a eficiência e produtividade (SAVIANI, 2010).

Em prática, na educação, essas ideias manifestam-se no processo de avaliação feito pelo Estado, através de agências reguladoras. A avaliação que acaba por condicionar as verbas seguindo critérios de eficiência e produtividade. Busca-se a qualidade total, ou seja, modelo que vem das empresas para o campo educacional. Os que ensinam são prestadores de serviços, os que aprendem são produtos que irão servir aos clientes, as empresas.

A pedagogia corporativa consiste na criação de instituições de ensino (principalmente superior) por campo de saber, deixando de lado a universalização do ensino e a concepção de que a educação é um trabalho de esclarecimento e abertura de consciência, mas sim um treinamento para atuar no mercado de trabalho.

O neoprodutivismo é uma nova versão da teoria do capital humano, na passagem do fordismo para o toyotismo. No terreno do mercado ocorre a exclusão includente, ou seja, exclui o trabalhador do mercado e o inclui na informalidade, no emprego terceirizado, ou o dispensa e recontrata com salários menores. No campo educativo é a inclusão excludente, na medida em que inclui nas escolas os estudantes, mas sem padrões de qualidade para o ingresso no mercado de trabalho. Há avanços nas estatísticas, porém sem aprendizagem efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do pensamento educacional brasileiro deu-se a partir da Primeira República, na medida em que se ampliou a escolarização e foram criados os institutos de pesquisa, que passaram a organizar encontros, produzir e difundir material. No Brasil colônia os modelos educacionais eram europeus, portanto, não se configurava uma produção nacional.

O que se nota nos dias atuais é uma retomada de ideias do século XX, com os pré- fixos “neo” e “pós”, em decorrência da sociedade atual ser denominada por alguns autores como pós-modernas. Mas ideias difundidas ainda carregam consigo o peso de uma sociedade capitalista, a educação enquanto projeto

busca atender a interesses do mercado, incumbindo a escola a formação da mão-de-obra, qualificada que se “encaixe” no modelo de eficiência, produtividade e competitividade, em meio a descrença atual que se tem e questionamentos que se faz a ciência.

REFERÊNCIAS

ABAAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

CARRARA, Kester. Behaviorismo, Análise do Comportamento e Educação. IN: _____ (org). **Introdução à psicologia da educação**: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004. Cap. 7, p. 109 -137.

CLARK, Jorge Uilson. **A primeira república, as escolas graduadas e o ideário do iluminismo republicano**: 1889-1930. Disponível em: < <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodoprimeirarepublicaintro.html>> Acesso em 30 de julho de 2018.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Imperial**. São Paulo: Contexto, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. IN: FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2010.

GATTI, Bernadete. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 65-81, julho 2001.

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. **Tempo Social**, v.12, n. 2, p. 55-74, 2000.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Pedagogia e pedagogia e pedagogos, para quê?**. São Paulo: Cortez, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOROSINI, Marília. O ensino superior no Brasil. IN: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Marília Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. Cap. 20, p. 296-323.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

NAVES, Marcio Bilharinho. **Marx: ciência e revolução**. São Paulo: Moderna, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógica**. 3.ed.rev. Campinas: Autores Associados, 2010.

_____. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2009.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2012.

_____. **O pensamento pedagógico brasileiro: da aspiração à ciência à ciência sob suspeição**. Educação e Filosofia, v.21, n.42, p. 13-35, 2007

Universidade Federal do Paraná. **A mais antiga do Brasil**. Disponível em: < <http://www.ufpr.br/porta/ufpr/a-mais-antiga-do-brasil/>> Acesso 08 de agosto de 2018.

WESTBROOK, Robert. TEIXEIRA, Anísio. **John Dewey**. Recife: Editora Massangana, 2010. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4677.pdf>> Acesso em 27 de julho de 2018.